



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 5.596, DE 2023**

**(Dos Srs. General Girão e Cabo Gilberto Silva)**

Altera o art. 6º-A da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-5519/2023.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº                      , DE 2023**  
(Do Sr. GENERAL GIRÃO)

Altera o art. 6º-A da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para permitir o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º-A da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º-A É permitido o trabalho em feriados nas atividades de comércio em geral, observadas as normas relativas à remuneração e compensação e a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Este projeto de lei propõe uma importante mudança na legislação trabalhista brasileira, especificamente em relação ao trabalho em feriados no comércio. A alteração do artigo 6º-A da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, visa permitir o trabalho em feriados nas atividades comerciais, respeitando as normas de remuneração e a legislação municipal, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 70, já prevê a possibilidade de legislação específica sobre o trabalho em feriados. Este projeto visa expandir e esclarecer essas disposições, garantindo maior flexibilidade operacional para o setor comercial.

É relevante destacar que a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, já contempla a liberdade de comércio em geral nos feriados, mas com uma restrição importante: essa liberdade está vinculada à permissão por meio de convenção



coletiva de trabalho. A proposta atual busca superar essa condicionalidade, promovendo uma maior autonomia para o comércio operar em feriados.

A retirada dessa condição traz como benefício uma maior liberdade de comércio nos feriados, o que certamente trará impactos positivos para a economia, como aumento do Produto Interno Bruto (PIB), criação de empregos e incremento na geração de riqueza. Isso é especialmente relevante em um cenário de recuperação econômica e desafios burocráticos enfrentados pela livre iniciativa no Brasil.

Cite-se ainda, a inegável realidade de dificuldade que os comerciantes brasileiros vêm enfrentando pela crescente atuação das grandes empresas estrangeiras de comércio *online*, o que impõe uma necessidade de maior flexibilidade e liberdade operacional para o comércio físico tradicional.

Vale ressaltar que, em diversos casos, a prática de trabalho em feriados no comércio já ocorre, mas está sempre dependente de autorizações específicas do Poder Executivo. O projeto de lei busca consolidar essa prática por meio de uma legislação clara e objetiva, conferindo segurança jurídica e autonomia às empresas do setor comercial.

Por exemplo, é uma evidência dessa situação de insegurança jurídica que afeta negativamente o setor, a recente Portaria MTE nº 3.665, de 13 de novembro de 2023, que revogou abruptamente a liberdade de comércio em feriados afetando setores cruciais do varejo e do atacado - supermercados, hipermercados, farmácias, comércio de peixes, de carnes frescas, de caça, de frutas, verduras, de aves, de ovos, atacadistas e distribuidores de produtos industrializado - bem como o comércio em portos, aeroportos, estradas, estações rodoviárias e ferroviárias, hotéis e o comércio de revenda de veículos. Mais do que isso, revogou também dispositivo que abrangia todas demais áreas varejistas não indicadas nas normas infralegais, a saber: “comércio varejista em geral”.

A proposta visa expandir a aplicação da lei, incluindo o setor de comércio em geral, sem prejudicar os direitos dos trabalhadores. A remuneração dobrada em feriados, por exemplo, é uma garantia já estabelecida, não se desconsiderando, portanto, a proteção aos trabalhadores.

Diante de todo o exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que representa um passo importante para o desenvolvimento econômico e a garantia dos direitos trabalhistas em nosso país.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2023.

Deputado GENERAL GIRÃO





## **Projeto de Lei** **(Do Sr. General Girão)**

Altera o art. 6º-A da Lei nº  
10.101, de 19 de dezembro de 2000, para  
permitir o trabalho em feriados nas  
atividades de comércio em geral.

Assinaram eletronicamente o documento CD238203519400, nesta ordem:

- 1 Dep. General Girão (PL/RN)
- 2 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 10.101, DE 19 DE  
DEZEMBRO DE 2000**  
**Art. 6º**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000-1219;10101>

**FIM DO DOCUMENTO**